

ensaios 124

José William Vesentini

Professor Assistente Doutor no Departamento de Geografia
da FFLCH da Universidade de São Paulo

**A CAPITAL
DA GEOPOLÍTICA**



Coordenação editorial
Maria Carolina de Araujo

Capa

Ary Almeida Normanha

Edição de arte (miolo)
Antônio do Amaral Rocha

Produção gráfica
Elaine Regina de Oliveira

Preparação dos originais
Emílio Satoshi Hamaya

ISBN 85 08 01721 9

1986

Todos os direitos reservados
Editora Ática S.A. — Rua Barão de Iguape, 110
Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656
End. telegráfico "Bomlivro" — São Paulo

SUMÁRIO

Nota prévia	5
Introdução	7
I. Sociedade, Estado e espaço — a problemática teórica da cidade-capital	14
1. A Capital e sua historicidade — Brasília e as analogias	14
2. Subsídios à crítica da geografia política	24
3. Geografia crítica e construção do espaço	34
4. Capitalismo, Estado-nação e espaço	45
5. A questão da geopolítica	52
Notas e referências bibliográficas, 172	
II. A interiorização da Capital Federal na perspectiva geopolítica	62
1. Uma controvérsia geográfica... e política	62
2. “Planalto Central” e “história de Brasília” — sobre o movimento da ideologia	68
3. Os argumentos geopolíticos	75
4. A nova Capital: operacionalização da geopolítica?	86
5. “Redemocratização” e controle social	91
Notas e referências bibliográficas, 191	
III. O governo JK e a construção de Brasília	101
1. Os “cinquenta anos em cinco”	101
2. Entre a superexploração e a cooptação	107
3. Integração territorial e regionalização	115
4. O projeto de dominação do empresariado industrial	123
5. Brasília e o nacional-desenvolvimentismo	133
Notas e referências bibliográficas, 204	

IV. O espaço urbano da nova Capital	140
1. O Plano Piloto e as cidades-satélites	140
2. A concepção urbanística	148
3. As contradições no interior do Plano Piloto	156
4. Brasília e o Estado tecnocrático	160
Notas e referências bibliográficas, 220	
Considerações finais	170
Fontes e Bibliografia	231

NOTA PRÉVIA

Este livro é, com ligeiras alterações, a tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em março de 1985, com o título *A capital da geopolítica*; um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília.

Somos gratos à banca examinadora — composta pelos professores doutores Manoel F. G. Seabra, Pasquale Petrone, Aldo Paviani, Bertha K. Becker e Maria Stella M. Bresciani — pelas sugestões e agudos comentários.

Gostaríamos de registrar também nossa gratidão pelos esforços realizados por Carlos Alberto Vesentini, que leu os manuscritos originais e forneceu valiosas sugestões.

E cabe a Manoel F. G. Seabra, orientador da tese, uma menção especial de reconhecimento pelo apoio e estímulo dados durante toda a pesquisa, além das críticas percutientes que admitem outros pontos de vista.

Mencionamos, ainda, nosso débito para com o CNPq, que durante dois anos nos brindou com uma bolsa de estudos.



INTRODUÇÃO

Começa a se tornar lugar-comum a afirmativa de que o espaço geográfico é produzido e reproduzido pelos homens em suas relações entre si e com a natureza. Produto da — e, ao mesmo tempo, condição material para a — práxis inter-humana sob determinadas peculiaridades de tempo histórico, ele é, outrossim, um espaço social.

Nesses termos, mesmo não sendo um reflexo imediato das condições históricas e sociais de seu presente, já que muitas vezes é herança do passado, uma certa característica do espaço — seja o traçado das ruas de uma cidade, o estilo arquitetônico de seus edifícios, sua localização em relação a outras partes do social onde se insere etc. — possui sempre íntimas relações com essas condições presentes, sendo por elas apossada. Apesar de mediar as relações societárias e, por isso, facilitar ou dificultar certos procedimentos e tendências, o espaço é transformado pela ação humana. Afinal, as bastilhas são tomadas, as versalhes perdem seu papel de capital, as ruas são alargadas, os prédios demolidos para novas construções, o espaço remodelado em função da história, da luta de classes.

Isso posto, como explicar adequadamente a implantação de Brasília? Como entender a transferência da Capital Federal do Brasil de uma cidade litorânea, situada em área densamente povoada, para uma porção do interior distante das grandes concentrações demográficas? Por que essa realização, efetuada num período tido como democrático e elogiada pela maior parte dos escritos acadêmicos que a abordam, acabou resultando numa obra extremamente apropriada para os inimigos da democracia, para o Estado autoritário?

A história recente é pródiga em exemplos a esse respeito. Eles podem ser colhidos no noticiário cotidiano dos órgãos de imprensa. Recordemos alguns, nas linhas abaixo:

Medidas de emergência foram decretadas ontem pelo presidente João Figueiredo para vigorar por 60 dias no Distrito Federal, sob

o argumento de proteger o Congresso Nacional de pressões de “agitadores recrutados em várias regiões do País” com a intenção de “pressionar e intimidar parlamentares no exercício de suas funções” [...]. As medidas de emergência incluem busca e apreensão em domicílio; suspensão da liberdade de reunião e associação; intervenção em entidades representativas de classes ou categorias profissionais [...] (*O Estado de S. Paulo*, 20/10/83).

(Tratava-se, do ponto de vista do Governo, de facilitar a aprovação de um decreto com inúmeras medidas econômicas que acabariam por recair sobre o poder de compra dos salários em geral, rebaixando-o.)

[...] em nota distribuída à imprensa, o general [Newton Cruz, executor das medidas de emergência] proibiu a entrada de veículos de transporte coletivo conduzindo pessoas com outra finalidade que não fosse a de natureza desportiva, artística, cultural, turística ou para encontro com autoridades. [Nesse sentido foram] colocadas barreiras nos postos policiais de acesso à Capital Federal (*Folha de S. Paulo*, 21/10/83).

Depois que o Governo decretou as medidas de emergência em Brasília, a Capital Federal não recebeu mais nenhuma das inúmeras delegações que costumavam visitá-la, sempre que o Congresso ou o Judiciário estavam por decidir alguma coisa de interesse de categorias profissionais (*Folha de S. Paulo*, 14/11/83). O presidente Figueiredo decretou ontem [novas] medidas de emergência no Distrito Federal e em 10 municípios de Goiás [...]. Pelo decreto [...] estão impedidas as gravações em vídeo-tape na região, que deverão ser examinadas previamente pela Polícia Federal, antes de levadas ao ar; nenhuma transmissão oral de estações de radiodifusão sonora poderá ser realizada sem a prévia aprovação do órgão competente [...]; e está proibida a formação de caravanas que possam ter fins políticos [...] (*Folha de S. Paulo*, 19/04/84).

(Neste caso, o Governo tratava de pressionar o Congresso para a rejeição de uma emenda constitucional que propunha eleições diretas imediatas para o cargo de Presidente da República.)

A geografia dá as pistas dos motivos pelos quais as dez cidades goianas foram incluídas na lista das medidas de emergência do Planalto, junto com Brasília: controlando esses municípios, o governo domina os acessos rodoviários e ferroviários para o Congresso Nacional [...] (*O Estado de S. Paulo*, 19/04/84).

Desde 1964, a grande preocupação de todos os governantes de Brasília foi a segurança. A cidade é uma fortificação sem muralhas. Primor de eficiência. Não só pelo número de unidades e efetivos militares. Principalmente, pelo refinamento e a rapidez com que o policiamento trabalha [...]. Não há mundo melhor!

As festas se sucedem, os salários são altíssimos, a graça dos favores é parte de rotina dos negócios oficiais. Nem parece que Brasília fica no Brasil. No seu cotidiano, não há tensões. Greves, desemprego e moratória são mazelas de um outro país [...] (*Senhor*, (128), São Paulo, 31/08/83).

Mordomias, privilégios, impunidade para os erros e negociatas, grandes festas em que milionários e “especiais” negócios são iniciados, boatos, intrigas, *lobbies* políticos e empresariais — a cidade [Brasília] é um mercado paradisíaco em que tudo tem seu preço e o importante é estar bem relacionado [...] (*O Estado de S. Paulo*, 11/05/84).

Poder-se-ia objetar que tudo isso também ocorreria caso a Capital Federal do País estivesse no Rio de Janeiro ou mesmo em São Paulo. É possível que sim. Todavia, nestas cidades certamente a implementação das medidas de emergência seria mais problemática, e maiores as formas de burlá-las; a proximidade com o Brasil do desemprego, das greves e tensões sociais maior; a segurança talvez menos eficaz, e as grandes festas mais discretas. Pois o espaço não é neutro. Ele não determina de forma alguma os acontecimentos, mas oferece obstáculos (mesmo que transponíveis) para certas ações e favorece outras. E Brasília como capital federal, convenhamos, se ajustou muito bem ao funcionamento desse Estado forte e distante dos interesses populares. Perscrutar o porquê desse ajustamento é um dos escopos deste trabalho. As explicações usuais — onde se considera que o autoritarismo pós-64 teria “desvirtuado” as belas intenções iniciais do plano de Brasília, que essa cidade hoje não é mais aquilo que Juscelino Kubitschek se propôs realizar etc. — não nos parecem convincentes. Assim sendo, acreditamos na conveniência de evitar a atitude, freqüente nessas explicações, de considerar como um *a priori* a natureza democrática do governo JK e do plano original de Brasília (tido por vezes até como socialista), e partimos para uma interrogação sobre as condições político-ideológicas que engendraram a nova Capital do Brasil.

Ao buscarmos na geografia política subsídios teórico-metodológicos para analisar a questão da cidade-capital, deparamos com as insuficiências dessa modalidade do discurso geográfico. Suas noções e formas de abordagem para tal questão nos pareceram inadequadas frente à perspectiva referida do espaço geográfico como social, como construção histórica. E as explicações geográficas sobre a implantação de Brasília, via de regra, omitem a luta de classes dessa realização, deixando assim de apreender a natureza política desse espaço construído. A título de exemplificação, reproduzimos a seguir algumas afirmativas comuns a esse respeito:

Há de admitir-se que a vida do Rio de Janeiro, embora agradável para turistas e visitantes estrangeiros, é dura para os que ali residem permanentemente. Com o advento dos automóveis, o traçado das ruas do Rio de Janeiro tornou-se intolerável. Os engarrafamentos se sucedem [...]. Em contraste, engenheiros e arquitetos brasileiros sonham com uma espécie de cidade ideal — uma cidade de largas avenidas, altos e modernos edifícios [...]. Lembra-se o êxito de Camberra e de Washington, ambas capitais planejadas [...]. Ninguém, que tenha experiência em planejamento urbano ou que seja capaz de contribuir para a melhoria da vida brasileira, deixará de responder ao desafio de construir uma nova capital, uma cidade planejada desde o início, sem os óbices de traçados de ruas já existentes ou de edifícios obsoletos (JAMES, Preston E. e FAISSOL, Speridião. *The Problem of Brazil's Capital City. The Geographical Review*, New York, American Geographical Society, 46(3):306-7, julho de 1956; trad. port.: O problema da Capital do Brasil. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, 18(158), 1960. p. 775).

Cidade “artificial”, surgiu de uma *vontade criadora* que haveria de se manifestar na prévia definição de diversos aspectos materiais e formais [...]. O subdesenvolvimento comparece como um elemento de oposição, diante daquela “vontade criadora”, modificando os resultados esperados. [...] Vontade criadora e subdesenvolvimento do País são, pois, os termos que se afrontam na realização efetiva de Brasília. É de sua confrontação que a cidade retira os elementos de sua definição atual (SANTOS, Milton. Brasília, a nova Capital brasileira. *Symposium sur Brasilia*. Paris, CNRS, 1965. p. 370-1; reproduzido pelo Autor no livro *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 54-5).

O desejo de interiorização da Capital do Brasil foi manifestado pelos inconfidentes, por José Bonifácio, logo no início de nossa vida independente e consagrado nas diversas constituições republicanas. Essa vontade tem sido interpretada como um reflexo da rejeição, por parte do povo brasileiro, de todas as reminiscências coloniais, retirando a sede do governo de uma localização periférica em relação à configuração territorial do País [...]. Esta vontade reflete, ainda, o interesse do país independente em povoar o vasto território colocando a Capital no seu centro geográfico [...] (GEIGER, Pedro P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, INEP, 1963. p. 425).

Politicamente, Brasília está construída no Interior para romper o domínio do mar na civilização brasileira [...]. A Capital representa o Ego coletivo do País. [...] O plano tem sido muitas vezes comparado com a forma de um pássaro ou de um avião. As asas Norte e Sul são zonas residenciais e o eixo monumental leste—oeste é o corpo. Brasília é um pássaro que pousou na terra [...]. Na psicologia de Jung, o pássaro é também um símbolo

de salvação, um sinal de espiritualização (TUAN, Yi-fu. *Topofilia*, São Paulo, Difel, 1980. p. 197-8).

Brasília [...] inaugura igualmente uma nova estratégia, aquela orientada não mais para o mar e sim para o interior do continente americano. Certo, a Capital do Brasil manifesta, por sua arquitetura, seu traçado e sua morfologia, uma vontade “modernista”, porém, as estruturas gerais que a alicerçam são as mesmas [que alicerçaram] a transferência de Moscou para São Petersburgo [...] (RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris, Litec, 1980. p. 173).

Afirmativas semelhantes poderiam ser multiplicadas, extraídas tanto de outras obras geográficas quanto de estudos realizados por sociólogos, historiadores, economistas, urbanistas etc. Contudo, não seriam realmente necessárias, pois já foram apresentadas suficientes citações de trabalhos de geografia (que, afinal, foi a disciplina acadêmica que mais se incumbiu do fenômeno cidade-capital) sobre a nova Capital do Brasil. O fundamental é que esses trechos reproduzidos, pinçados em obras expressivas *, deixam entrever alguns procedimentos comuns em praticamente toda a bibliografia que abordou a questão da implantação de Brasília. Antinomias abstratas, como a oposição entre a “vontade nacional” e o “subdesenvolvimento”, substituem as contradições e lutas entre os agentes históricos reais. No lugar do processo histórico efetivo que originou a construção de Brasília, referem-se à “vontade da Nação” — que teria sido expressa por Tiradentes, José Bonifácio e outras personagens da “nossa história” — em interiorizar a Capital Federal, colocando-a no “centro geográfico do Brasil”. Muitas vezes simples analogias (seja com Washington, com São Petersburgo ou com outras cidades-capitais de diversas épocas e sociedades) acabam por dispensar maiores explicações sobre a transferência da Capital do País para Brasília. E uma certa percepção do planejamento como a racionalização da política ou do “crescimento caótico” das cidades leva à apologia do plano original de Brasília, visto como símbolo da “cidade ideal” ou da “esperança da Nação num futuro sem subdesenvolvimento”.

* Convém notar que boa parte desses trabalhos citados não possui na implantação de Brasília o seu principal alvo de preocupações e todos eles são significativos na produção geográfica, quer como obras já tornadas clássicas da geografia tradicional, quer como alternativas recentes de renovação — por diferentes vias — dessa formação discursiva. Nesse sentido, os trechos citados foram por nós selecionados apenas como demonstrativos dos imbrólios na abordagem da questão de Brasília como cidade-capital, e nunca como uma pretensa avaliação crítica de cada obra.

Nessas condições, julgamos que um estudo sobre a implantação de Brasília deveria implicar uma reconstrução, ao menos parcial, da abordagem geográfica do político. E como etapa necessária desse empreendimento surge a apreensão crítica da geografia política, com a análise de seus pressupostos e de suas teorias e noções mais comuns utilizadas para enfocar o tema cidade-capital. Tal empresa foi levada a cabo no primeiro capítulo deste trabalho. Aí também foi examinado o significado pleno de “construção do espaço”, categoria que subsume toda dimensão espacial da práxis inter-humana sob o capitalismo e onde a questão de Brasília como cidade-capital ganha sentido.

Na busca das determinações que tornaram Brasília possível, na crítica à geografia política tradicional e na percepção do espaço como condição e produto das lutas de classes, acabamos nos deparando com o enigma da geopolítica. Pouco a pouco, ficamos convencidos de que nenhum estudo sobre a implantação de Brasília, ou mesmo sobre a instrumentalização do espaço pelo Estado moderno, pode elidir um exame referente a esse discurso (e prática política). Nosso estudo relativo à geopolítica, encetado já no primeiro capítulo, prossegue no segundo desta obra quando examinamos a questão da interiorização da Capital Federal no pensamento geopolítico brasileiro.

No terceiro capítulo procuramos compreender a edificação de Brasília e a transferência da Capital Federal no contexto do governo JK, em interligação com outros aspectos relevantes desse período, tais como o avanço industrial e o Plano de Metas, a criação da Sudene e a ideologia nacional-desenvolvimentista. A implantação de Brasília, ocorrida no bojo de um processo — que encerra toda uma dimensão geopolítica — de reordenação espacial do território nacional, de uma (nova) regionalização do Brasil, foi analisada numa perspectiva que privilegia o político como fundante, observando-se os momentos de acirramento nas lutas de classes e o projeto de dominação do empresariado industrial tornado vitorioso.

Também o espaço urbano da nova capital foi objeto de estudos, expostos no capítulo 4 deste trabalho. As diferenças entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, a natureza do plano original da cidade, as segregações e contradições espaciais de Brasília, todos esses elementos locais refletem igualmente, embora num nível específico, as relações entre a cidade-capital e a sociedade brasileira como um todo. Esses elementos da cidade não poderiam ser omitidos, portanto, numa investigação sobre as relações espaço/política a partir da transferência da Capital do País para Brasília.

Denominamos geográfica a esta obra * não por considerarmos que ela estaria enquadrada numa “definição do campo de estudos específico”, numa delimitação apriorística da pesquisa que seria própria à geografia, mas sim porque a engendramos *a partir de* — e simultaneamente *em oposição a* — toda uma tradição de pensadores que se reconheciam (ou reconhecem), e são socialmente reconhecidos, como geógrafos: Jean Brunhes, Camille Vallaux, Léo Waibel, Yves Lacoste e outros. A partir deles porque acreditamos que nosso estudo retoma e dá continuidade, num certo sentido, a uma problemática que aí encontra seus artífices. Em oposição a eles porque não se tratou de “aplicar” seus métodos e conceitos na abordagem de um caso específico; tratou-se, isto sim, de se contrapor a essa tradição (que, evidentemente, não é unívoca), de criticá-la com vistas a superá-la, de abandonar algumas de suas veredas abrindo outras.

Foi dito alhures que a geografia é (e será) aquilo que produzem os geógrafos, isto é, um corpo teórico constituído (embora problemático) e um vir-a-ser em constituição, em aberto. A assertiva torna-se mais plenamente verdadeira na medida em que entendemos o geógrafo como personagem imersa no social, nas suas condições históricas, distante, portanto, da imagem sugerida pela consciência (*res cogitans*) cartesiana. Tal atitude implica reconhecer que o discurso geográfico não é proferido de fora do “objeto” — o estudo “sobre” o espaço —, mas, ao contrário, ele deve ser tomado como parte constitutiva desse espaço social, sujeito às suas indeterminações, interligado às práxis que transformam esse real. Nesse sentido, nosso trabalho pretendeu alargar as fronteiras do possível na análise geográfica, recusando qualquer “modelo” pronto e partindo de uma indeterminação de origem, de questões propostas pelo/ao real (aí incluindo-se a bibliografia que o teoriza).

Algumas dessas questões foram respondidas, outras reelaboradas, e outras, novas, surgiram a partir de nosso labor. Até que ponto nosso esforço resultou numa contribuição efetiva para a compreensão da implantação de Brasília como cidade-capital e, ao mesmo tempo, para a renovação da geografia política, só o tempo o dirá. Mas o tempo como história, na qual encontra-se incluída, entre outras coisas, a polêmica teórica.

* O subtítulo original deste trabalho, ao ser defendido como tese de doutoramento, era “Um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília”.

I

SOCIEDADE, ESTADO E ESPAÇO — A PROBLEMÁTICA TEÓRICA DA CIDADE-CAPITAL

Outrora, entrava-se em combate com uns poucos soldados; ferravam-se pequenas batalhas e faziam-se prolongados sítios. Hoje, travam-se grandes batalhas e, desde que seja possível marchar livremente para diante, corre-se à capital, a fim de terminar a guerra de um só golpe. Napoleão, ao que se diz, inventou esse sistema. Mas não dependia de um homem, fosse ele qual fosse, a criação de um sistema semelhante. A maneira pela qual Napoleão fez a guerra lhe foi sugerida pela situação da sociedade de seu tempo, e lhe deu o êxito porque era maravilhosamente apropriada a essa situação [...].

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

1. A Capital e sua historicidade — Brasília e as analogias

“Une capitale n’est pas absolument nécessaire à l’homme”, escreveu Senancour.¹ De fato, nas sociedades onde não existem dominantes e dominados, que lutam “contra o Estado”², não há nenhuma razão para haver cidades ou aglomerados que funcionem como capital. Mas, por outro lado, não há sociedade política sem um local — mesmo provisório — que sedie a cúpula do Estado, onde se exerça o governo.

“Não há Estado sem capital”, afirmaram Brunhes e Vallaux³, complementando ainda que:

Esta pode ser, segundo a nação ou o Estado, um grupo de tendas de palha ou de cabanas de madeira, um campo permanente, uma aldeia diminuta ou um centro urbano como Londres ou Paris;

pode ser fixa ou móvel, permanente ou provisória; porém, sob esses diversos aspectos, encontra-se sempre o indispensável órgão central do Estado, ponto de concentração dos meios e base do pensar e da vontade dirigentes [...]. Seu futuro é aquele do Estado cuja organização ela coroa.⁴

A capital — sua localização no território, seus fluxos com as diversas unidades do território sob o domínio desse Estado, seu traçado urbanístico e suas linhas arquitetônicas — representa um aspecto visível, material, espacial enfim, das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade onde ele existe.

Com frequência, ocorreram casos de mudanças significativas nos objetivos do governo, ou na correlação das forças políticas, e que resultaram em transferências da cidade-capital. Inúmeros exemplos podem ser citados. Após a guerra da independência norte-americana, os Estados federados resolveram de comum acordo escolher um local considerado “neutro” (que não estivesse sob a influência imediata de apenas um dos 13 Estados, não sendo, portanto, nenhuma cidade importante da época, como Boston, Nova York ou Filadélfia) para aí construir a Federal City, mais tarde Washington.⁵ São Petersburgo (Petrogrado, hoje Leningrado) foi fundada por Pedro, o Grande, nas proximidades do mar Báltico, num momento de expansionismo do Império russo para oeste.⁶ Madri foi fundada no século XVI, com vistas ao domínio sobre as tendências centrífugas: Filipe II achou ser esse local central mais adequado para a obra de centralização política e para vigiar com igual distância a Galícia, Múrcia, Andaluzia e Catalunha.⁷ No final do século XVII, Luís XIV deu início à construção de Versalhes, que substituiria Paris como capital político-administrativa da França (ou, de forma mais apropriada, como local-residência da corte), por haver nessa cidade alguns motins populares, muita pobreza e aglomerações.⁸

Por outro lado, todavia, a capital não pode ser estudada isoladamente de seu contexto histórico, das condições econômicas, sociais e políticas onde se situa. Não é possível elaborar-se uma teoria das cidades-capitais que abranja num mesmo esquema a Roma da Antiguidade, a Madri do século XVI e a Brasília de hoje. Isso seria praticamente o mesmo que estabelecer uma teoria da população única para todos os modos de produção⁹, ou então “fundamentos de economia” comuns para todas as múltiplas formas de historicidade — desde sociedades ditas sem história até o capitalismo avançado, passando pelo feudalismo, por Atenas ou Esparta no século V a.C. etc.¹⁰ É evidente que existem alguns elementos comuns nas capitais das diversas sociedades de Estado, presentes ou pretéritas, assim como existem genéricas caracterís-

ticas econômicas ou demográficas em comum nas inúmeras sociedades humanas. Entretanto, esses elementos ou caracteres em comum são tão genéricos que pouco ou quase nada explicam sobre o papel real desempenhado pela capital no Estado e na sociedade específicos onde ela encontra sua razão de existir.

Dessa forma, uma transferência da capital no território, uma reurbanização em seu espaço construído ou uma alteração em seu papel político-administrativo são acontecimentos que não derivam de pretensos "princípios gerais" do Estado ou da capital, mas que efetivamente resultam de determinações sociais, de uma série de condições históricas — desde algumas mais estruturais, aquelas próprias da época ou dos fatores básicos à reprodução do sistema sócio-econômico, até as que são mais conjunturais, próprias de um momento específico (tais como alterações na hegemonia de grupos sociais no interior do aparato do Estado, ou até mesmo motivações psicológicas de algumas personagens-chave, que constituem um fator de suma importância para certos casos, principalmente num Estado absolutista) —, condições essas que no seu entrecruzamento engendram a racionalidade inerente a cada ato singular. Mas a racionalidade social não é semelhante à mecânica ou à matemática, que se inscrevem no campo do determinado *a priori*, da necessidade absoluta, e sim uma determinação que se abre ao indeterminado como possibilidade do novo, como necessidade em permanente tensão com a contingência.¹¹

Assim, mesmo sem traçar uma análise pormenorizada, pode-se afirmar que a construção de Washington está indissociavelmente ligada a uma certa concepção bastante datada de federalismo e democracia, entre outros fatores. Nas palavras de um autor que analisa a democracia norte-americana pouco mais de três décadas após a inauguração dessa capital, temos que:

As treze colônias que, simultaneamente, abandonam o jugo da Inglaterra, no fim do século passado, tinham [...] a mesma religião, a mesma língua, os mesmos costumes, quase as mesmas leis, lutavam contra um inimigo comum e por isso deviam ter fortes razões para se unirem intimamente uma às outras e se absorverem numa só e mesma nação. Entretanto, tendo sempre tido uma existência à parte e um governo ao seu alcance, cada uma criara para si interesses e usos particulares e repugnava aquela união sólida e completa que teria feito desaparecer a sua importância individual numa importância comum.¹²

E ainda:

Há países onde um poder de certo modo exterior ao corpo social age sobre ele e o força a marchar em certa direção. Outros

há em que a força é dividida, estando ao mesmo tempo situada na sociedade e fora dela. Nada de semelhante se vê nos Estados Unidos; ali, a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder a não ser no seio dela. [...] Examinar a União antes de estudar o Estado é enveredar por um caminho eivado de obstáculos. A forma do governo federal, nos Estados Unidos, apareceu por último [...]. O governo federal não passa, aliás, como acabo de dizer, de uma exceção: é o governo dos Estados a regra comum [...]. A vida política e administrativa encontra-se concentrada neles em três focos de ação [...]. No primeiro grau, encontramos a *comuna*, depois o *condado*, e afinal o *Estado*.¹³

No cerne mesmo dessa concepção de democracia encontra-se uma busca do novo, a fundação de uma nova República em oposição ao mundo antigo, simbolizado pela Europa Ocidental da Época Moderna; ou, em outros termos, no imaginário social da nação norte-americana houve e talvez ainda haja a forte presença de um lema impresso em toda nota de dólar — *Novus Ordo Saeclorum*, uma nova ordem do mundo.¹⁴

Foi por isso que dois clássicos da geografia política observaram que:

o pensamento dominante no Congresso era o de assegurar a autonomia e a igualdade dos Estados federados, impedindo que a Capital adquirisse um poder exagerado, que naquela época era já patente em vários países da velha Europa, particularmente na França.¹⁵

E foi também por isso, além do fato de não se adequar a uma sociedade de capitalismo liberal em forte expansão, que malogrou o plano original da nova capital elaborado pelo engenheiro francês Pierre-Charles L'Enfant, pois:

A despeito das firmes convicções republicanas de L'Enfant, o projeto que apresentou para a nova Capital era, em todos os aspectos, o que os arquitetos e servos do despotismo haviam originalmente concebido [...]. Washington tinha todos os aspectos de um soberbo plano barroco: a localização dos edifícios públicos, as imponentes avenidas, as abordagens axiais, a escala monumental, o verde envolvente. [...] Na verdade, esqueceu-se L'Enfant de que o tempo é um embaraço fatal à concepção barroca do mundo: sua ordem mecânica não admite crescimento, mudança, adaptação e renovação criadora. Desempenho de tal natureza deve ser executado uma vez, para sempre, em sua própria época. [...] A demissão de L'Enfant foi o indício de que os proprietários e especuladores comerciais, e não o governo, iriam exercer o principal controle do desenvolvimento da Capital.¹⁶

A construção de Versalhes interessava-se, outrossim, nas determinações próprias ao seu tempo histórico: o absolutismo monárquico, a obra de centralização político-administrativa e de unificação territorial; o capitalismo comercial, o mercantilismo e o sistema colonial, a sociedade estamental. . . Enfim, num todo de partes ou processos em interação — que se convencionou denominar Antigo Regime¹⁷.

Nas palavras de um autor do século passado que procurou entender a Revolução Francesa nas condições do Antigo Regime francês, aparece que:

O Governo bem via esta revolução, mas só enxergava seu aspecto mais material, ou seja, o crescimento da cidade. Via Paris estender-se dia a dia e temia que se tornasse difícil governar uma cidade tão grande. Encontram-se muitos decretos promulgados pelos nossos reis, principalmente nos séculos XVII e XVIII, cuja finalidade é parar este crescimento. Estes príncipes concentravam sempre em Paris ou às suas portas a vida pública da França e queriam que Paris permanecesse pequena. Proíbem a construção de novas casas ou então determinam meios de construção por demais onerosos e locais pouco atraentes indicados de antemão. É bem verdade que cada um destes decretos constata que todas estas medidas não impediram Paris de estender-se.¹⁸

Assim, a obra de centralização político-administrativa do absolutismo na França fazia Paris crescer em detrimento das províncias:

Na França, a liberdade municipal sobreviveu ao feudalismo. Quando os senhores já não administravam mais o campo, as cidades ainda conservavam o direito de se governar. Até o fim do século dezessete ainda encontramos cidades formando espécies de pequenas repúblicas democráticas, cujos magistrados são livremente eleitos pelo povo todo e responsáveis perante ele, onde a vida municipal é pública e ativa [. . .]. As eleições foram abolidas pela primeira vez em 1692. Então as funções municipais foram colocadas *em ofícios*, quer dizer que o Rei vendeu em cada cidade a alguns habitantes o direito de governar à perpetuidade todos os outros. [. . .] Luís XI restringiu as liberdades municipais porque temia seu caráter democrático; Luís XIV destruiu-as sem temê-las. Isto ficou comprovado quando as devolveu a todas as cidades que puderam recomprá-las. Na realidade, não queria tanto aboli-las quanto traficá-las e, se as aboliu, foi, por assim dizer, sem pensar, como puro expediente financeiro. Coisa estranha, o mesmo jogo prossegue durante oitenta anos.¹⁹

Se, por um lado, a unificação territorial e a centralização político-administrativa operadas pelo absolutismo francês engendram — apesar das tentativas de obstaculizar o crescimento de

Paris — o que poderíamos, talvez, denominar “macrocefalia urbana”, por outro lado, isso não era bem visto por alguns monarcas do século XVII:

No século XVII, quando os progressos do Estado francês impõem, de forma absoluta, Paris como cidade-capital, os monarcas parecem sentir repugnância ao instalar-se nela: elegem, junto à Capital, residências especiais; primeiro Saint-Germain e Fontainebleau, depois Versalhes, local onde a monarquia se fixará definitivamente para brilhar com todo o seu esplendor e depois morrer. ²⁰

O plano urbanístico de Versalhes, barroco como o de Washington, foi mais bem-sucedido que este, já que apropriado ao absolutismo político da Época Moderna. Conforme Munford:

Quando foi traçado o plano de Versalhes, o próprio palácio foi situado de um lado do antigo pavilhão de caça, onde Luís XIV dirigira os primeiros galanteios a sua amante, Mme. de la Vallière. Mas, no plano de uma capital real, o local de encontro servia agora a outra finalidade: o palácio atraía as novas avenidas da cidade, assim como o próprio governante reunia o poder político que outrora estivera disperso entre uma multidão de famílias feudais e corporações municipais. Todas as principais avenidas conduziam ao palácio. E quando se erguiam os olhos, no meio da rua, o palácio, o mais das vezes, fechava a perspectiva. A abordagem axial servia como *spotlight* para concentrar a atenção no príncipe. ²¹

O termo “cidade-capital” aplicado a Versalhes, contudo, não deixa de ser problemático. Tanto que a maioria dos autores que analisam a França do século XVIII aplicam esse termo indiferentemente a Paris ou a Versalhes. Esta última cidade servia de moradia ao Rei — que afinal era quem, em última instância, decidia praticamente tudo: nomeava ministros, intendentess, legisladores, decretava novos impostos. . . —, assim como à nobreza cortesã. Mas em Paris concentravam-se as tramitações burocráticas e os procedimentos administrativos de rotina — o “volume da papelada”, numa expressão de Tocqueville ²².

A vida normal de Versalhes centrava-se nos gastos luxuosos da corte:

A existência de Versalhes, com seu protocolo regulamentado com as minúcias de uma coreografia, que respeitava e maltratava, segundo os eventuais caprichos do amo, as hierarquias consagradas da ordem nobiliária, que impunha a todos os cortesãos o “abominável veneno da mais insigne adulação”, criou literalmente um novo “modelo” de nobre do qual a corte familiar no final da Idade Média, inclusive a itinerante e familiar de Francisco I,

foi somente uma prefiguração muito distante. O Rei Sol teve muito cuidado para regulamentar e ordenar tudo segundo um estrito cerimonial. O nobre versalhesco tinha que permanecer ocioso por obrigação, atento às menores mudanças de entonação, ao mais leve pestanejo do Rei; e, apesar de não poder assegurar a sua existência sem os socorros, pensões, dotes e regalias distribuídos durante o ano todo pela Coroa, mostrava-se ávido por festas, caçadas, bailes e teatros, que somente serviam para ocupar as suas horas.²³

Tanto Washington como Versalhes, portanto, cada uma à sua maneira, deixam evidente que a construção de uma nova capital é uma ação apenas compreensível nas determinações históricas inerentes a cada situação específica. Todavia, isso não significa que dessas condições peculiares de espaço e tempo, que dão sentido ao ato, possa-se deduzi-lo como algo que “deveria necessariamente ocorrer”. O eventual, o contingente, também desempenha seu papel nas ações humanas. Mas esse contingente não é puro acidente despojado de historicidade. É decisão — e como tal, não inscrita na esfera da necessidade, da determinação completa.²⁴

A transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília foi objeto de inúmeras comparações com outros casos do gênero. A aproximação com Washington (e também, embora menos comumente, com Ottawa e Camberra) foi freqüente por parte daqueles favoráveis à construção de Brasília; e o cotejo com Versalhes, utilizado por muitos dos que assumiram uma posição crítica em relação à mudança da cidade-capital. Examinemos sucintamente os lineamentos desse procedimento comparativo²⁵, para colocar em realce, no que diz respeito ao tema em questão, o vigor e os limites dessa abordagem.

Um autor que, no calor da polêmica sobre a oportunidade de se transferir a Capital do País, elaborou uma “contribuição para os estudos relativos a esse assunto tirando do passado exemplos instrutivos”, após ter argumentado que Washington foi também “uma capital artificial edificada num sítio desfavorável” (e fazendo amplo uso de noções e exemplos extraídos da obra clássica de J. Brunhes e C. Vallaux), afirma o seguinte:

Como cidade que cumpre uma função bem determinada — uma função que bem cumpriu nos cento e cinquenta anos de sua história! —, que foi construída com um objetivo preciso e dentro de um plano predeterminado, Washington possui uma distinção e mesmo uma dignidade evidente que ninguém poderá negar. É por isso provável que venha a ser o grande modelo que procuraremos emular [...] Na construção de nossa futura capital teremos sobre os americanos a vantagem de um território já unificado,

senhor de suas fronteiras definitivas [...]. Teremos também a possibilidade de aproveitar todos os progressos da ciência e da técnica modernas, com os quais L'Enfant nunca poderia sonhar. E construiremos a nossa metrópole do planalto central quando um novo estilo arquitetônico — que constitui a expressão plástica primordial da civilização universalista do futuro — parece brotar em nosso solo com admirável pujança e originalidade. Que nossos governantes tenham a visão de um Washington e de um Jefferson, é tudo que agora precisamos esperar! ²⁶

Um outro intelectual de peso no período, após ter arrolado motivos econômicos e demográficos que apontariam para a necessidade de não se mudar a localização da Capital do Brasil, argumenta:

Há finalmente um aspecto que certo pundonor mandaria velar se não fosse também esclarecedor e influente: na mudança da Capital haverá uma vaga, talvez inconsciente, preocupação de fugir às massas e aos riscos insurrecionais. O mesmo que [...] já fizera deslocar a corte francesa de Paris para Versailles. ²⁷

O paralelo entre Brasília e Versailles ressurgiu a partir da década de 1970, só que agora não mais enfocando a transferência da capital por motivos de “segurança dos governantes”, e sim para enfatizar o isolamento do Governo Federal no Plano Piloto — com suas mordomias, corrupção, gastos supérfluos etc. — frente à realidade das favelas, cortiços, desigualdades extremas, crescente delinqüência etc., comuns nas grandes cidades do País. Em inúmeros jornais e revistas, inclusive do Exterior, surgem epítetos que se contrapõem ao famoso *slogan* “Capital da esperança” ²⁸, entre os quais: “Versalhes do Planalto”, “Versalhes dos trópicos”, “Versalhes do autoritarismo militar” etc.

O procedimento comparativo sempre coloca o risco de superficialidade, de o estudioso não captar a especificidade do real visado. E um tema político-espacial como transferência da Capital oferece maiores riscos ainda, já que pertinente ao social-histórico, reino por excelência da descontinuidade, das diferenças, da alteridade. Mas a supervalorização do singular também é perniciosa: ela pode obliterar a generalização, que afinal está na base do engendramento dos conceitos e categorias (mesmo que eles sejam válidos apenas para um período histórico específico). O historiador Edward H. Carr notou que quando categorizamos como Guerra do Peloponeso aquele conjunto de acontecimentos ocorridos num passado distante e numa sociedade bastante diversa da nossa, mesmo respeitando uma velha palavra, estamos, na realidade, utilizando um termo que adquiriu tal generalidade que o aplicamos também

à Segunda Guerra Mundial.²⁹ Existe nessa prática, “contra a qual somente o pedante protestará”³⁰, uma analogia implícita entre as diferentes situações históricas que foram agrupadas sob esse termo comum — “guerra”. O mesmo também ocorre com as categorias de “revolução”, “cidade”, “sociedade”, “modo de produção”, “formação econômico-social”, “Estado” e tantas outras — que são aplicáveis a realidades diferenciadas (mas com genéricos caracteres em comum), e que só adquirem plena concretude quando historicamente determinadas, isto é, síntese de múltiplas determinações abstratas.³¹

A analogia, enfim, é um momento necessário ao conhecimento do real. Mas ela constitui tão-somente a primeira aproximação, a busca de aspectos genéricos, pois a essência de uma situação encontra-se nela própria, nas determinações de sua existência. O fato de o procedimento analógico ser fundamental à elaboração de categorias (e inclusive para avaliar seus graus de abrangência), portanto, não deve enturvar que acontecimentos do mesmo gênero — tal como a transferência da capital — possam adquirir significados completamente diversos, em função de se darem sob diferentes condições históricas. Um trecho de uma carta escrita por Marx é elucidativo a esse respeito:

Acontecimentos surpreendentemente semelhantes, mas ocorrendo num cenário histórico diferente, levam a resultados completamente diferentes. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e, então, comparando-as, é fácil encontrar a chave para a compreensão desse fenômeno; mas nunca é possível chegar a esta compreensão usando o *passe-partout* de alguma teoria histórico-filosófica cuja grande virtude é permanecer acima da história.³²

E num trecho em que examinava “o método da economia política”, esse mesmo autor, verificando como uma categoria tão genérica como “trabalho abstrato” (ou “trabalho em geral”) aparece em sociedades completamente diversas, embora surja mais plenamente na nação burguesa mais moderna, concluiu que:

Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas.³³

A comparação de Brasília com Washington foi efêmera. Produto ideológico de um momento conjuntural específico — o governo JK com seu ideário “nacional-desenvolvimentista”, onde a nova

Capital seria o “símbolo” e “síntese” da negação do subdesenvolvimento e afirmação de um “novo Brasil”, desenvolvido e independente³⁴ —, essa analogia soçobrou junto às ilusões típicas daquela situação histórica. Mas a realidade da nova Capital permanece, com tanta semelhança em relação a Washington quanto o arcebispo de Canterbury com o pontífice Samuel.³⁵ O ponto central desse paralelo estava na aspiração mítica a uma “nova história do Brasil” a ser consubstancializada pelo arranque industrial, que tiraria o país da condição “semicolonial”, à semelhança da Revolução Americana com a construção de Washington, que teria iniciado a caminhada norte-americana rumo à situação de potência mundial.

A analogia de Brasília com Versalhes da época do absolutismo monárquico revelou-se mais duradoura. De fato, apesar das enormes diferenças entre a França de fins do século XVII e do século XVIII com o Brasil de desde o final da década de 1950, podem-se identificar aspectos genéricos em comum sob vários ângulos: o governar como atributo inerente a uma elite, que, portanto, não deve sujeitar-se às injunções da massa; o relativo isolamento (em especial após 1964, no caso de Brasília) dos governantes ou da corte na Capital, que constitui quase que um “mundo à parte” com suas festas luxuosas, mordomias, corrupção etc.; a arquitetura monumental e rigorosamente controlada (descontadas as diferenças entre o estilo barroco e o moderno) diferindo do “crescimento caótico” ou “espontâneo” da maioria das demais cidades. . . Quase que invertendo o argumento dos que, no período de vigência da ideologia nacional-desenvolvimentista, encaravam Brasília como o símbolo do “novo Brasil” desenvolvido e autônomo, um autor escreveu:

Nós podemos então situar Brasília no contexto das exportações de contradições que acompanharam a evolução do capitalismo americano no pós-guerra. Sua história é assim aquela das transformações progressivas do capital e das modificações que elas impõem à política e à produção do espaço no interior dos países dominados. [...] A urbanização estratégica das cidades administrativas é substituída pela monumentalidade ao estilo de “Versalhes do absolutismo”, que corresponde a uma centralização onde poder econômico e decisão política se identificam. O urbanismo atual, dessa forma, realiza o contrapeso frente ao acentuamento da parcelarização do exercício do poder e representa, ao mesmo tempo, a globalidade do projeto ideológico do poder no espaço.³⁶

Todavia, apesar de a analogia de Brasília com a Versalhes do absolutismo monárquico possuir mais base de sustentação que aquela com Washington, a construção e inauguração da nova Capi-

tal do Brasil só é inteligível no seu contexto histórico. As condições econômicas, sociais e políticas que dão sentido a esse ato — embora ele não seja “deduzível” a partir delas —, que serão objeto de comentários mais demorados nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, podem ser assim esquematizadas: o novo momento da acumulação de capital, com a maior internacionalização da economia; a ideologia nacional-desenvolvimentista no governo JK; a influência do pensamento geopolítico no aparato estatal e na política espacial do Governo Federal; o planejamento mais centralizado da economia com o Plano de Metas; o coroamento no final da década de 1950 do processo de engendramento de um espaço geográfico nacional; a situação da luta de classes no período de 1945 até o governo JK, ressaltando-se especialmente o projeto político do empresariado industrial. Como toda ação histórica, a transferência da Capital Federal para Brasília não é explicável por nenhuma “teoria geral” da cidade-capital, mas pelas determinações específicas da *situação* que lhe deu origem, mais como política que como necessidade, e sobre a qual ela — a nova Capital — reversivamente passou a influenciar na condição de obra consumada.

2. Subsídios à crítica da geografia política

A grande insuficiência da geografia política tradicional — desde Ratzel até algumas obras recentes, passando por J. Gottman, J. Brunhes e C. Vallaux, Otto Maull, I. Bowman e outros³⁷ —, principalmente, e não apenas no referente ao tema cidade-capital, foi justamente a de não apreender a alteridade de cada situação, procurando estudá-las apenas a partir de noções genéricas e a-históricas, tais como função, sítio e situação, capitais naturais e artificiais, litorâneas e interiores. Essa modalidade da geografia moderna subsumia na noção de *função* (político-administrativa) toda a complexidade das relações e imbricações entre a capital, o Estado e a sociedade, nas diversas formas de historicidade. Embora esse discurso tenha contribuído para a compreensão das relações mais abrangentes entre o homem e o meio natural, pouco ou quase nada auxiliou na apreensão das relações homem—meio historicamente determinadas que, em especial a partir do desenvolvimento do capitalismo e da Revolução Industrial, só são compreensíveis a partir das relações sociais.

Na raiz dessa insuficiência da geografia política tradicional encontram-se os pressupostos da origem e da existência dessa formação discursiva, a maior parte deles comuns a todas as modali-

dades da geografia moderna — física ou humana. O aparecimento da geografia científica na Europa Ocidental do século XIX, época da consolidação e fortalecimento dos Estados-nações, não é algo casual, mas imprescindível para explicar seu papel na sociedade capitalista e os vieses de seu corpo teórico. As duas principais determinações históricas que estão na base da estruturação do discurso geográfico moderno, incluindo-se aí a geografia política, são a nova forma de organização espacial da sociedade que se tornava então especificamente capitalista — o Estado-nação ou “país” —, e a constituição de um sistema escolar público — a “escolarização da sociedade”, que acompanhou a Revolução Industrial e a urbanização por ela provocada.³⁸

A emergência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desde o período da acumulação primitiva até a eclosão da Revolução Industrial no final do século XVIII e no século XIX, acarretaram profundas transformações na percepção e nas relações dos homens com o tempo e o espaço. Houve uma instrumentalização de ambos, que passaram a ser (re)construídos em função dos imperativos do capital. Surge, então, a noção de tempo útil, inicialmente nas manufaturas, sendo depois aprimorado com a indústria moderna. Isso implica que:

[...] o patrão deve *utilizar* o tempo da sua mão-de-obra e cuidar para que ele não seja desperdiçado: não é a utilidade, o que fazer, quem domina, mas sim o valor do tempo ao ser reduzido a dinheiro. O tempo se converte em moeda: não se passa mas se gasta.³⁹

Também o espaço torna-se reestruturado tanto pelo político (as alterações na natureza do Estado, seu fortalecimento/centralização) como pela divisão territorial do trabalho — que promove desde a separação entre a cidade e o campo até a formação de um mercado mundial.⁴⁰ Mas o fundamental aqui é que a sociedade burguesa organiza-se espacialmente sob a forma de Estados-nações: “O Estado capitalista funciona como nação”.⁴¹

Iniciado com a centralização político-administrativa e territorial das monarquias absolutistas da Época Moderna, esse processo atinge seu auge com o predomínio do capital industrial do século XIX:

O Estado moderno, que mais tarde foi identificado à nação, tomou corpo enquanto forma política mais avançada na transição do feudalismo para o capitalismo [...]. As três grandes monarquias (Espanha, França e Inglaterra) certamente não foram Estados capitalistas. Elas coroaram, em uma ordem feudal, a dispersão do que dominavam [...]. Elas protegeram os valores, as hierarquias,

as rendas da classe feudal. Mas, por outro lado, também tiveram de adaptar-se a um mundo transformado, à expansão das forças produtivas e à abertura de novos mercados pelos grandes descobrimentos. [...] a nação como mercado é, acima de tudo, a concepção do capitalismo industrial. O resto é somente preparação. [...] A burguesia, nascida de fato para o poder, prega a assimilação ideológica do princípio de 1789; a nação, como comunidade involuntária, o território, uno e indivisível. O mercado nacional será unificado, defendido, ampliado. O modelo alcançará sua perfeição depois de 1871, sob o sopro da derrota e com a ascendência das classes médias, quando cada cidadão se tornará soldado e quando a escola instituirá o culto da pátria.⁴²

Pode-se ainda encarar esse processo de constituição dos Estados-nações sob outros ângulos⁴³, mas um deles nos parece de extrema importância para nossa finalidade neste item: o ensino capitalista. O século XVIII e, especialmente, o XIX foram momentos de profundas reformas nos sistemas escolares, de laicização da educação e notável expansão do ensino público. E a escola, ao absorver uma boa parte dos contingentes humanos que começavam a se concentrar nas cidades, inculcava nas novas gerações idéias e atitudes adequadas à reprodução do capitalismo, ao fortalecimento do Estado-nação e ao controle social. A primeira coisa que a escola ensinava era a pontualidade, equivalente à nova noção de tempo:

Disponha-se ainda de outra instituição não industrial que podia ser usada para inculcar a “economia do tempo”: a escola. Clayton lamentava que as ruas de Manchester estavam cheias de “crianças andrajosas que não tinham o que fazer; que não apenas perdiam Tempo, mas que ainda aprendiam costumes de jogos” etc. Elogiava as escolas de caridade porque ensinavam Industriosidade, Frugalidade, Ordem e Regularidade: “os escolares são obrigados a levantar cedo e observar as Horas com grande Pontualidade” [...]. Uma vez dentro do recinto da escola, a criança entrava num novo universo de tempo disciplinado.⁴⁴

Ademais, a escola impunha uma homogeneidade no idioma, algo fundamental para criar a identidade nacional:

Cavour não negou aos habitantes da Savóia o direito de falar sua própria língua (mais próxima do francês do que do italiano), numa Itália unificada [...]. Ele e outros italianos nacionalistas apenas insistiam em que deveria haver somente uma língua e um meio de instrução oficiais, em outras palavras o italiano, e que as outras deveriam sumir, evaporar-se da melhor forma que pudessem. [...] Mesmo assim, malgrado poderosos sentimentos e lealdades nacionais (na medida em que nações transformavam-se

em Estados), a “nação” não era algo espontâneo mas um produto [...]. Precisava, portanto, ser construída. Daí a importância crucial das instituições que podiam *impor* uniformidade nacional, que eram principalmente o Estado, especialmente a educação do Estado, emprego do Estado e (nos países que adotavam serviço militar obrigatório) serviço militar [...]. Os sistemas educacionais dos países desenvolvidos expandiram-se substancialmente durante esse período, em todos os níveis.⁴⁵

Tal é o contexto, visto de forma sucinta, onde se dá o aparecimento da geografia moderna com Ritter e Humboldt, e onde essa formação discursiva se desenvolve, em particular com sua institucionalização nas universidades e nos sistemas de ensino de todos os níveis. Um geógrafo francês já observou argutamente que:

A geografia escolar que foi imposta a todos no fim do século XIX e cujo modelo continua a ser reproduzido ainda hoje, quaisquer que possam ter sido os progressos na produção de idéias científicas, encontra-se totalmente alheada de toda a prática [...]. No entanto, o mestre, o professor, sobretudo dantes, obrigava a “fazer” muitos mapas [...]. A imagem mágica que deve ser reproduzida pelo aluno é, antes de mais, a da Pátria. Outros mapas representavam outros Estados, entidades políticas cujo esquematismo dos caracteres simbólicos vem reforçar ainda mais a idéia de que a nação onde vivemos é um *dado* intangível (dado por quem?), representado como se tratasse não de uma construção histórica, mas de um conjunto espacial engendrado pela natureza. É sintomático que o termo eminentemente geográfico “país” tenha suplantado, e em todas as matérias, as noções mais políticas de Estado, de Nação [...].⁴⁶

Inculcar uma ideologia patriótica e nacionalista, eis o escopo fundamental da geografia escolar. Transmitir a idéia de que a forma Estado-nação (ou “país”, termo ligado mais ao território e menos à história) é natural e eterna; enaltecer a “nossa Pátria”, identificando seu futuro com o do “seu povo” ou “comunidade” (o que pressupõe harmonia de interesses, localizando-se as contradições no “estrangeiro”), e estudando os demais “países” — especialmente aqueles que estavam sujeitos ao colonialismo ou neocolonialismo — sob a ótica etnocêntrica ou, ainda, sob o prisma burguês de “competidores”.

Não é possível então concordar com Y. Lacoste, que relega a função escolar da geografia à condição de epifenômeno⁴⁷, pois além de o ensino ser desde sempre o grande mercado de trabalho para aqueles que se formam num curso superior de Geografia, o próprio desenvolvimento dessa formação discursiva vem ocorrendo desde o século XIX de forma indissociável com os sistemas de

ensino. Basta lembrar, por exemplo, do peso que exerceram Vidal de la Blanche e Aroldo de Azevedo nos rumos seguidos pela geografia *acadêmica* (e não apenas a escolar) na França e no Brasil; esses dois geógrafos, apesar das diferenças que os separam, tiveram algo importante em comum: ambos começaram como autores de livros didáticos para o ensino elementar e médio, transmitindo aí uma visão da geografia que se tornou hegemônica durante décadas, inclusive ao nível de teses e artigos acadêmicos.⁴⁸ Basta lembrar, ainda, a marginalização acadêmica de geógrafos como E. Reclus ou P. Kropotkin, cujos escritos não eram adequados às finalidades do ensino da geografia naquele contexto histórico de enaltecimento do Estado-nação, e que acabaram sendo relegados ao esquecimento, ao silêncio.

É inegável que o discurso geográfico também tem e teve ligações estreitas com a dominação, com estratégias do poder para o controle social através do espaço: os planejamentos urbanos e regionais, os mapas militares e aqueles imprescindíveis para a administração territorial, para a cobrança de impostos etc. E mesmo na guerra *stricto sensu* a geografia é utilizada, como o demonstrou Lacoste a respeito da guerra do Vietnã⁴⁹: a destruição sistemática da rede de diques que protegem as planícies extremamente populosas do Vietnã do Norte, com a finalidade de ocasionar violentas enchentes; as devastações florestais; o desencadeamento voluntário de novos processos de erosão nos solos; a repartição espacial da população, visando a urbanizá-la etc. Todas essas ações pressupõem raciocínios e informações que estão no bojo da geografia. Mas a aceitação dessa evidência não corrobora a tese de Lacoste de que a geografia sempre foi, desde a Antiguidade, um discurso estratégico sobre o espaço, e que a geografia escolar apenas serve para escamotear isso.

Em primeiro lugar, essa análise de Lacoste sobre a guerra do Vietnã, que ele afirma ter sido uma “guerra geográfica”, também poderia ser realizada com idêntico êxito por outros especialistas: psicólogos, antropólogos, sociólogos, ecologistas, químicos etc. Por exemplo, os desenhos pintados nos aviões e helicópteros norte-americanos, que eram escolhidos em função do que representavam simbolicamente para a população local, e os métodos de interrogatórios dos prisioneiros vietcongues são alguns elementos que mostram a importância da psicologia na estratégia militar moderna. E a tentativa de promover uma rápida urbanização não se fundamenta apenas em informações geográficas, mas também é objeto de pesquisas de sociólogos, antropólogos, economistas etc. E ainda a escolha dos locais mais apropriados para bombardear, em função das alterações no regime dos rios, não precisa neces-